

Globalização e Competitividade da Indústria Têxtil da Paraíba e do Nordeste: Um estudo comparativo de 1986 a 1998..

Lúcia Maria Góes Moutinho

Doutora em Economia de Empresas (FGV- São Paulo-1995), Mestra e Graduada em Economia (UFPE), Especializada em Teoria Econômica (UFPE/1988). Coordenadora do Curso de Mestrado em Economia (UFPB) e Professora do Departamento de Economia (UFPB)

Mabel Jaqueline Carmona de Campos

Mestra em Economia (UFPB - João Pessoa), Especializada em Controladoria e Gerência Financeira (UEM - Maringá -1998), Graduada em Economia (UEM - Maringá - 1994).

Resumo

Procede de um estudo da competitividade do setor têxtil das economias nordestina e paraibana. Tomando-se como referencial teórico as conceituações de globalização e de competitividade, investiga-se acerca dos efeitos do processo de globalização sobre a competitividade da indústria têxtil. A partir deste referencial teórico são expostos acontecimentos recentes no setor ao nível nacional, nordestino e paraibano. Foi dada especial importância ao Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF), como indicador do reflexo da abertura comercial sobre o setor no Nordeste e na Paraíba. Os IQEFs são calculados para o período de 1986 a 1996, a partir dos dados do Ministério do Trabalho, mais especificamente, a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Estes resultados são complementados com informações qualitativas obtidas diretamente das empresas, através de entrevistas. Alguns aspectos relevantes são identificados: i) a idade do parque instalado faz com que a competitividade do setor seja baixa; ii) o nível educacional é outro fator limitante da melhoria da competitividade e iii) houve melhorias na qualidade do emprego formal.

Palavras-Chave:

Competitividade; Globalização; Indústria têxtil; Economia regional; Economia nordestina; Economia paraibana; IQEF; Brasil-Paraíba; Brasil-Nordeste.

1- INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o setor têxtil auxiliou a alavancar o desenvolvimento da industrialização dos países. Foi o setor têxtil, por exemplo, o impulsionador da revolução industrial inglesa nos séculos XVIII e XIX. Não ocorreu diferente no Brasil. Apesar da ênfase à industrialização de base da década de 50 e à introdução da indústria automobilística da década de 60, a indústria têxtil contribuiu para o desenvolvimento industrial brasileiro, inclusive em períodos anteriores à década de 50.

GARCIA (1994), ao fazer um breve histórico do setor, destaca sua importância para a indústria antes da década de 50.

A produção têxtil cresceu por todo o período da Segunda Guerra Mundial. Em 1941, o País, era o segundo maior produtor mundial de tecidos, tendo-se tornado o principal fornecedor de têxteis para o mercado latino-americano. (GARCIA, 1994, p.84.)

Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), o setor têxtil brasileiro possuía, em 1997, 19.000 empresas e empregava diretamente 1.500.000 trabalhadores. Isto demonstra sua importância como gerador de emprego e renda. Normalmente, tal importância é atribuída à sua capacidade em gerar empregos de maneira rápida.

Nos últimos anos, porém, o setor tem apresentado dificuldades em função da atual condução da política econômica. A abertura comercial do País, com suas conseqüentes reduções nas tarifas de importação, trouxe acentuadas mudanças no mercado nacional.

A participação do setor no PIB, segundo dados publicados no jornal *Gazeta Mercantil*, passou de 2,9% em 1990 para os atuais 1,4%. De acordo com dados publicados pela

revista *Textilia* em sua página na Internet, a participação do setor no PIB ainda apresentou um ano sofrível, em 1992, quando atingiu a marca de apenas 1%.

No presente artigo estaremos preocupadas em analisar os impactos da globalização no setor têxtil do Nordeste e da Paraíba, levando-se em conta os fatores sistêmicos, estruturais e gerenciais. Para tanto, o artigo será dividido em quatro tópicos. No primeiro se realizará um breve levantamento das modernas abordagens sobre competitividade, notadamente as propostas por COUTINHO & FERRAZ (1994) e por FERRAZ *et al.* (1997.)

No segundo tópico serão demonstradas evidências sobre a competitividade do setor têxtil no Brasil, após o processo de abertura comercial iniciado em 1990.

No terceiro tópico serão abordados levantamentos estatísticos, pesquisa de campo e bibliográfica sobre políticas públicas em uso no Nordeste e na Paraíba.

Finalmente, no último tópico, teceremos algumas considerações finais sobre o efeito da globalização no setor têxtil do Nordeste e da Paraíba, fazendo uma comparação entre o Estado e a Região onde está inserido.

2 - TEORIA DA COMPETITIVIDADE

Para analisar a abertura comercial brasileira deve-se inseri-la no contexto maior, que é o da globalização. O termo originou-se, conforme relata AMARAL (1997), na literatura de administração de empresas. Posteriormente foi incorporado à economia e refere-se à crescente internacionalização do capital.

AMARAL (1997) salienta ainda que o termo tem sido utilizado para substituir diversos efeitos do desenvolvimento do capitalismo, concluindo que:

“Apesar da extensão tomada na utilização do termo globalização há que se ressaltar o desconforto no seu emprego, tendo em vista que esse termo passa a idéia de uma situação definida, adquirida e generalizada. É verdade que a queda das barreiras comerciais, as desregulamentações dos mercados em especial financeiro, a queda dos custos dos transportes internacionais e o avanço tecnológico nas telecomunicações e na informática revolucionaram as noções de tempo, espaço e por consequência da comunicação mas, rigorosamente, o termo globalização, tal como o senso comum nos faz passar não corresponde perfeitamente à realidade. (AMARAL, 1997, p. 703.)

Assim, ao contrário de descrever uma realidade pronta, o termo refere-se a um processo de avanço do capital ao seu estágio mais adiantado. (AMARAL, 1997, p. 704.)

A defesa da globalização apresenta um conjunto de posturas que os governos devem tomar de maneira a possibilitar o ingresso do País entre no mercado mundial. São elas: a) livre troca; b) presença mínima do Estado na economia; c) desregulamentação de mercados; d) autonomia do econômico vis-à-vis os valores éticos; e) inflação zero. (AMARAL, 1997.) Este conjunto de posturas, também denominado “pensamento único”, exige que o Estado se mantenha o mais afastado possível da economia.

Antes de analisar os efeitos da globalização sobre a competitividade da indústria têxtil, deve-se buscar uma sucinta definição do que se entende, neste trabalho, por competitividade. Para tanto, será feito o uso de abordagens como a de COUTINHO & FERRAZ (1994) e de FERRAZ *et al.* (1997.) Elas diferem dos demais conceitos de competitividade, principalmente porque busca uma visão global da atuação das empresas e desse modo, muito mais pertinente e adequado aos propósitos do presente artigo.

“Para efeito das análises apresentadas neste livro, competitividade foi definida como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrenciais, que lhe permitam ampliar ou conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável do mercado. Esta visão se diferencia de modo significativo das abordagens convencionais na medida em que busca na dinâmica do processo de concorrência o referencial para avaliação da competitividade.” (FERRAZ *et al.* 1997, p.3)

Esta abordagem permite que se estudem dois enfoques da competitividade: o da competitividade revelada, determinado pelo desempenho ou pelo *market-share* que as firmas apresentam e o da competitividade potencial, resultante de sua capacidade de tomar medidas para melhorar seu desempenho. (RODRIGUES, 1999.) Dessa forma, “o sucesso competitivo, dependeria em princípio da capacidade de criação e renovação das vantagens competitivas pelas firmas.” (RODRIGUES, 1999, p. 30.)

FERRAZ *et al.* (1997) propõem que a análise da competitividade deve centrar-se em três fatores principais. Estes fatores englobam diversos aspectos que vão desde os internos às empresas e até aqueles que se referem à inter-relação do País com o mundo. Os fatores propostos são: a) empresariais; b) estruturais; c) sistêmicos.

Nos fatores empresariais estão incluídas: a idade e a produtividade do capital fixo, as técnicas de gestão e produção, as estratégias de *marketing* e logística, pesquisa e desenvolvimento e treinamento de pessoal. Ao contrário da análise tradicional, esta visão não focaliza basicamente o desempenho passado das empresas, mas as atitudes que estão sendo tomadas.

“Os fatores estruturais são aqueles sobre os quais a capacidade de intervenção da empresa é limitada pela mediação do processo

de concorrência, estando por isso apenas parcialmente sobre sua área de influência.” (FERRAZ, 1997, p. 10.) Dessa forma, o tamanho do mercado, o grau de integração da cadeia produtiva e o processo de terceirização devem ser analisados como componentes dos fatores estruturais.

Os fatores sistêmicos envolvem, por sua vez, os seguintes aspectos totalmente externos às empresas: a) macroeconômicos; b) político-institucionais; c) legais - regulatórios; d) infra-estruturais; e) sociais; e f) internacionais. O aspecto macroeconômico apresenta quesitos como taxa de câmbio, carga tributária, taxa de juros, política salarial, dentre outros.

Já o aspecto político-institucional está ligado à estrutura política e como ela determina as governamentais, tais como: política tributária, políticas de incentivos regionais e/ou setoriais e outras.

Os parâmetros legais-regulatórios são reflexos da estrutura jurídica do Estado, quer seja com leis de proteção à propriedade industrial, quer seja com leis de preservação ambiente, ou até mesmo de defesa da concorrência. (RODRIGUES, 1999.)

A infra-estrutura, por sua vez, pode afetar a competitividade pelos custos extras que é possível representar. Dessa forma, insumos como energia, transportes, telecomunicações e outros são chaves para a análise desse parâmetro dos fatores sistêmicos.

Dentro dos fatores sociais encontram-se, principalmente, aqueles relativos à mão-de-obra, quais sejam: sua abundância / escassez, nível de educação, estrutura sindical e seguridade social.

Por fim, os aspectos internacionais podem afetar tanto o mercado consumidor da empresa, quanto suas fontes de recursos. Assim, são fatores que podem afetar a competitividade “as tendências do comércio

mundial, os fluxos internacionais de capital, de investimento de risco e de tecnologia”. (RODRIGUES, 1999, p. 34.)

A globalização trouxe a adoção, por parte do Governo Federal, de medidas que afetam os preços da concorrência, os custos financeiros e comerciais. Logo, em uma primeira aproximação, pode-se ver que a globalização envolve mudanças nos fatores sistêmicos. Seu impacto sobre a indústria nacional está condicionado a fatores estruturais e, principalmente, empresariais.

Os referidos fatores limitam o impacto das políticas econômicas resultantes da globalização porque são os que demonstram a capacidade das empresas em estabelecer estratégias competitivas compensatórias capazes de manter o desempenho do setor. Essas estratégias podem ser de caráter individual ou de grupos de empresas que podem adotar alianças no intuito de cooperarem reduzindo custos da cadeia produtiva.

3- ACONTECIMENTOS RECENTES NO SETOR TÊXTIL BRASILEIRO

Começamos a análise dos efeitos da globalização sobre o setor têxtil brasileiro a partir de suas interferências mais diretas. Ou seja, a adoção, por parte do Estado brasileiro, de medidas tipicamente do pensamento único causadoras de impacto nos fatores sistêmicos.

O mais visível e discutido aspecto da globalização é com certeza a política tarifária do comércio exterior. A partir dos anos de 1990, o País reduziu fortemente suas alíquotas de importação, abrindo caminho para um grande acréscimo dos volumes importados. O setor têxtil foi um dos mais afetados. Pode-se ver através da TABELA 1, abaixo, o comportamento das alíquotas de importação de alguns dos principais produtos têxteis. Ocorreu uma grande redução das alíquotas de importação de produtos têxteis e em todos os

TABELA 1

BRASIL - TARIFAS ADUANEIRAS PARA PRODUTOS TÊXTEIS 1986 - 1994 E 1998

Produtos	Alíquotas							
	1986	1988	1990	1991	1992	1993	1994	1998
Fios de seda	85	50	20	20	20	15	10	17
Tecidos de seda	105	65	40	40	30	20	15	21
Lã bruta	30	30	0	0	0	0	0	11
Fios de lã	65	50	20	20	20	15	10	17
Tecidos de lã	105	65	40	40	30	20	15	21
Algodão em pluma	55	10	0	0	0	0	0	9
Fios de algodão	85	30	20	20	20	20	10	17
Tecidos de algodão	105	60	40	40	30	20	15	21
Filamentos art./sint.	55	55	20	20	20	20	20	19
Fil. de pol.(lycra)	55	55	20	0	0	0	0	-
Tecidos de fil.	85	65	40	40	30	30	20	21
Fibras art./sint.	55	45	20	20	20	15	15	15
Fios fibras art./sint.	55	55	20	20	20	20	20	19
Tec. fibras art./sint.	105	65	40	40	30	30	20	21

Fonte: SINDITEXTIL/ABIT (1993), elaborado por GARCIA(1994, p.147), atualizado para 1998 através de informações do *site* da NDITÊXTIL.

itens as alíquotas foram reduzidas, abaixo da metade. já em 1990,

A recuperação apresentada em 1998 reflete as pressões exercidas pelo setor no intuito de tornarem as alíquotas mais realistas, uma vez que parte da concorrência predatória dos produtos importados na China e Coréia. Estes países têm mostrado forte poder de competitividade em produtos manufaturados, muito em função de seus baixos custos do emprego. Alguns analistas se referiram aos custos do emprego da China como *dumping social*. Ou seja, as condições sub-humanas de trabalho na China dariam vantagens competitivas a seus produtos. (GARCIA, 1994)

GARCIA (1994) descreve algumas reações legais tomadas no intuito de diminuir os efeitos deste *dumping*:

“O rápido crescimento das importações desses tipos de tecidos (artificiais e sintéticos) associado à concentração do fornecimento e, tendo em vista as repercussões,

também concentradas, sobre o nível de atividade de emprego, resultou na mobilização em defesa da produção nacional, a partir de associações de classe e com o apoio do Governo do Estado de São Paulo”. (GARCIA, 1994, p. 151.)

Tais reclamações surtiram efeito com a adoção de sobretaxas a esses países, o que provocou uma redução nas importações de tecidos artificiais e sintéticos.(GORINI,1998, p.10.)

Outro aspecto da globalização que teve forte influência no setor foi o combate à inflação. O Plano Real provocou uma sobrevalorização do câmbio, tornando as importações ainda mais baratas e dificultando as exportações. Além disso, houve “choque” nas taxas de juros em decorrência da crise nos mercados financeiros internacionais.

O controle dos níveis inflacionários foi assumido pelo País como principal meta de política macroeconômica dos anos de 1980 e 1990. Podem-se destacar dois principais motivos para a

TABELA 2
BRASIL: COMÉRCIO EXTERIOR DE PRODUTOS TÊXTEIS EM VALOR
1992 - 97(*).

	valores em US\$ mil					
Exportações	1992	1993	1994	1995	1996	1997(*)
Fibras têxteis	138.758	81.402	81.087	190.395	78.929	18.997
Fios	294.776	162.019	215.021	190.056	179.752	42.952
Filamentos	62.304	55.636	50.012	59.048	72.796	16.575
Tecidos	280.107	269.488	254.676	270.116	284.473	58.720
Confecções	584.128	669.572	608.061	526.958	474.907	102.852
Outros(**)	130.712	144.460	194.666	203.917	201.151	60.162
Total	1.490.784	1.382.578	1.403.523	1.441.490	1.292.008	300.257
Importações	1992	1993	1994	1995	1996	1997(*)
Fibras têxteis	272.290	736.656	659.570	719.041	990.288	189.907
Fios	25.310	55.349	55.535	131.460	79.640	33.507
Filamentos	85.423	139.076	135.991	308.695	328.837	95.206
Tecidos	42.962	109.571	252.443	576.733	296.975	65.364
Confecções	39.498	46.799	104.386	351.485	349.392	66.130
Outros(**)	70.349	88.178	115.046	197.680	267.740	70.376
Total	535.831	1.175.628	1.322.971	2.285.093	2.307.873	520.491
Saldo	1992	1993	1994	1995	1996	1997(*)
Fibras têxteis	-133.532	-655.254	-578.483	-528.645	-911.359	-170.910
Fios	269.466	106.670	159.486	58.596	100.113	9.445
Filamentos	-23.118	-83.440	-85.979	-249.647	-256.041	-78.632
Tecidos	237.145	159.918	2.233	-305.617	-12.502	-6.645
Confecções	544.630	622.773	503.675	175.473	125.515	36.721
Outros(**)	60.363	56.282	79.620	6.237	-61.589	-10.214
Total	954.953	206.949	80.552	-843.603	-1.015.865	-220.234

Fonte: (GORINI, 1998, p. 5)

(*) Dados até março / 1997.

(**) Outros inclui: pastas, feltros, tapetes, carpetes, tecidos impregnados, etc.

importância da referida meta. O primeiro diz respeito ao comportamento da inflação que o País vinha observando, apresentando índices elevados e ascendentes, fato danoso para o funcionamento da economia. Já o segundo pode ser creditado à globalização, pois o controle do processo inflacionário, como vimos, é um dos pré-requisitos para a inserção de um país no comércio global. As tentativas de controle tomadas até o Plano Real foram frustradas e não serão alvo de nossa discussão, uma vez que o ambiente de abertura econômica perdura principalmente no período de vigência do Plano Real. Esse Plano, porém, foi eficaz

na redução dos níveis de aumentos de preços e seus métodos devem ser destacados em detalhe.

Os métodos de controle inflacionário adotados pelo Governo, foram uma política cambial sobrevalorizada e uma política monetária restritiva com a presença de elevadas taxas de juros. A conjunção dessas duas políticas permitiu a atração de capitais estrangeiros que foram utilizados para fazer frente a uma deterioração das principais contas da balança de pagamentos, entre elas o saldo da balança comercial. Assim, os níveis de exportação foram reduzi-

dos, e elevaram-se os níveis de importação, permitindo uma ampliação na oferta interna que facilitou o controle dos preços.

A TABELA 2 apresenta a evolução das importações e exportações de produtos têxteis. A partir dela pode-se assinalar que, mesmo com reduzidas tarifas, o setor passou a apresentar déficits somente a partir de 1995. Em 1994, o saldo positivo foi muito pequeno (6% das exportações). Como o Plano Real foi instituído no segundo semestre de 1993, e no seu princípio houve uma forte sobrevalorização do real em relação ao dólar, a queda na balança comercial de 1994 em diante pode remeter à análise de que a política cambial tenha sido danosa ao setor.

Antes de se chegar a esta conclusão, devem-se analisar outros aspectos do mercado internacional no período. A década de 80 foi marcada por fortes investimentos em capital fixo nos países da Europa e Ásia. GARCIA (1994) destaca este efeito:

“O intenso ritmo verificado na década de 1980 teve duas conseqüências principais: provocou um excesso de capacidade produtiva de cerca de 10% (12 milhões de fusos) e concentrou ainda mais a produção de fios de algodão em países asiáticos.” (GARCIA, 1994, p. 58.)

Aliada ao excesso de capacidade instalada, tem-se a crise internacional que provocou dificuldades em alguns países produtores, aumentando ainda mais a oferta internacional. GORINI (1998) assinala que houve

“queda dos preços mundiais em 1991 / 1992: em virtude de um aumento da oferta mundial a partir de 1990 ocasionado pela recessão econômica da ex-União Soviética (suas ex-repúblicas passaram a exportar grande volume de suas produções).” (GORINI, 1998, p. 10.)

Dessa forma, o momento de abertura comercial coincidiu com os preços internacionais deprimidos pela alta ociosidade produtiva nos principais países produtores. Abrangendo países com grande capacidade instalada, a Ásia apresentou a maior redução nos preços, principalmente de produtos com pouco valor agregado.

Outro fator que contribuiu para o crescimento das importações foi a política de juros reais altos, adotada para conter a explosão inflacionária e para atrair capitais do exterior. Com os longos prazos, concedidos no comércio internacional, é muitas vezes vantajoso importar pagando a prazo, vender à vista com margens de lucro muito pequenas e operar com os recursos no mercado financeiro até a data de saldar o compromisso internacional.*

Portanto, a deterioração da balança comercial, a partir de 1994, não pode ser creditada apenas à política cambial, mas também aos baixos preços internacionais, e à política de altos juros internos. Mas, como se afirmou anteriormente, a dimensão desta deterioração tem íntima relação também com fatores estruturais e empresariais, pois as empresas têm possibilidades de tomarem medidas de proteção às mudanças nos fatores sistêmicos.

Passemos, portanto, a analisar os fatores estruturais e empresariais do setor têxtil brasileiro nos últimos anos.

Dentre os fatores estruturais, o tamanho do mercado interno brasileiro é um dos que afetam a competitividade. O mercado brasileiro apresenta um enorme potencial, tendo em vista nossa população e extensão territorial. Mas, devido a problemas de distribuição de

* Tal tipo de prática encontra-se descrito em: GARCIA (1994, p. 99), em GORINI (1998, p. 10) e, com menos intensidade, pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (1997).

renda, renda *per capita* muito baixa e taxas de desemprego em elevação, o mercado interno ainda não tem a dimensão suficiente para absorver o incremento de produção que ocorreria na eventualidade da atualização tecnológica de todo o parque industrial. Isto torna inviável a adoção de equipamentos mais sofisticados, uma vez que a escala produtiva seria muito baixa. (BASTOS, 1993, p.7.) Somando-se o tamanho restrito do mercado interno ao grande nível de ociosidade do mercado internacional, vê-se que as empresas nacionais não poderiam contar com exportações para escoar a produção excedente necessária para atingir as escalas ideais.

No que se refere à integração da cadeia produtiva, BASTOS (1993) assinala que ocorrem constantes conflitos entre os diversos participantes. Além disto,

“praticamente inexistem processos cooperativos, forma moderna de gestão da produção em que ganhos de produtividade derivadas da especialização viessem a garantir melhores condições de competitividade aos participantes.” (BASTOS, 1993, p.9.)

Já a terceirização vem sendo uma prática cada vez mais adotada no setor. Praticamente, toda a bibliografia consultada foi unânime em assinalar que esta prática vem sendo mal adotada.

A referida prática tem visado basicamente reduzir os custos trabalhistas e desfazer-se de maquinaria obsoleta. Alguns autores têm-se referido à informalização como “terceirização espúria” exatamente para destacar os danos que ela provoca no setor.

“A terceirização vem sendo associada à idéia de corte de custos, pelo lado da redução dos encargos sociais e impostos, e não pelos ganhos de produtividade,

como ocorre em outros países.” (BASTOS, C. P. M., 1993, p. 7.)

Dentro dos fatores empresariais o que salta à vista é a desatualização do parque instalado.* O maquinário é antigo e de geração defasada, o que prejudica a produtividade. Ao mesmo tempo viu-se que atualizar este parque esbarra no tamanho do mercado.

“... no caso da fiação, 32% da capacidade instalada no Brasil podia ser considerada moderna em 1990, enquanto em Taiwan esse índice atingia 52%, na Itália 70%, em Hong Kong 76% e na Alemanha 71%. No caso de tecelagem, as proporções foram de 11% para o Brasil, 58% para Taiwan, 73% para a Itália, 79% para Hong Kong e 82% para a Alemanha.” (GARCIA, 1994, p. 120.)

COUTINHO, por sua vez, ressalta que, além dos problemas sistêmicos, estruturais e do atraso tecnológico, é na gestão das empresas que se tem uma grande deterioração na competitividade do setor.

“Por não se tratar de uma indústria intensiva em capital, sua principal deficiência não se encontra nos equipamentos, mas na grande carência de métodos gerenciais modernos, que permitam não somente o aumento de flexibilidade produtiva e atualização de produtos como também a redução de custos, via diminuição de desperdícios, aumento da quantidade e eliminação do excesso de estoques.” (COUTINHO, 1994, p. 316.)

Para avaliar esta afirmação, devem-se levar em conta alguns dados levantados pelo Estudo Brasileiro de Competitividade Industrial

* GORINI (1998) destaca a antiguidade do parque fabril brasileiro como uma das principais desvantagens competitivas.

TABELA 3
TREINAMENTO SISTEMÁTICO

	(nº de empresas)
Empresas que não realizam qualquer treinamento	8
Empresas que treinam 100% dos empregados na atividade:	
Gerência	3
Profissionais técnicos	3
Trabalhadores qualificados	2
Operadores/ empregados	1
Número de respondentes	32

Fonte: (BASTOS, C.P.M; 1993:74)

TABELA 4
SITUAÇÃO EM RELAÇÃO À ISO-9000

	(nº de empresas)
Não conhece	26
Conhece e não pretende implantar	3
Realiza estudos que visam a implantação	8
Iniciou a implantação recentemente	0
Está em fase adiantada de implantação	1
Já completou a implantação mas ainda não obteve certificado	
Já obteve certificado	0

Fonte: (BASTOS, C.P.M; 1993, p.76)

(COUTINHO & FERRAZ, 1994).O referido estudo obteve resposta de 38 empresas do setor. Dado o número de empresas envolvidas, esta amostra pode ser considerada pequena. Ressalta-se que não foram fornecidas informações sobre a representatividade da amostra quanto a outros critérios (participação das empresas no faturamento do setor, por exemplo). Trata-se de respostas espontâneas a questionários remetidos às empresas. Assim, supõe-se que as maiores empresas envolvidas devem ter respondido, em detrimento das menores, que muitas vezes não têm levantamentos de informações suficientes para preencher os questionários.

Pela TABELA 3 pode-se ver que 25% das empresas pesquisadas não realizam treinamento e poucas o fazem totalmente em algum tipo de atividade. Mais sério ainda é o nível

de treinamento de operadores, uma vez que apenas uma empresa treina totalmente seus funcionários do setor.

Este fato poderia levar à conclusão de que a alta rotatividade do setor, aliada à facilitação do trabalho pela maquinaria, podem estar desestimulando as empresas a treinarem seu pessoal do “chão de fábrica”. Porém tal investigação foge do escopo do presente *paper*. Deve-se apenas assinalar que o baixo índice de treinamento é fator altamente negativo na competitividade do setor.

Quanto á busca pela qualidade, os números expostos na TABELA 4 são mais contundentes ainda. A maioria das empresas (76%) pesquisadas não adotam, nem pretendem adotar a ISO 9000. Isto leva estas empresas a entrarem na concorrência apenas

TABELA 5
GRAU DE FORMALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA EMPRESA

	(nº de empresas)
Não existe nenhuma estratégia formal ou informal	28,9
Existe estratégia desenvolvida, disseminada informalmente	34,2
Existe estratégia desenvolvida, disseminada periodicamente	5,3
Existe estratégia desenvolvida, disseminada periodicamente com o envolvimento dos diversos setores da empresa	31,6
Número de respondentes	38

Fonte: (BASTOS, C.P.M; 1993, p.73)

com a arma do preço, o que pode deteriorar as margens de comercialização.

Para encerrar essa breve discussão sobre a qualidade da gerência empresarial, pode-se ver que a grande maioria das empresas (63,1%) não dão importância devida à estratégia a ser seguida, pois, ou ela não existe ou não é disseminada pela empresa. (TABELA 5.) Dessa forma, a afirmação de COUTINHO deve ser aceita na sua íntegra.

Os impactos da abertura comercial sobre a competitividade do setor têxtil foram reduzidos parcialmente pela adoção de práticas governamentais balizadas pelo pensamento único da globalização. Porém, o simples fato de alterarem os fatores sistêmicos não é condição suficiente para a referida redução. Esta deve ser vista em conjunto com os níveis baixos de competitividade já existentes, provocados por fatores estruturais e empresariais.

O atraso tecnológico da maquinaria, a adoção de práticas de concorrência negativas (como a terceirização espúria), a falta de cooperação entre as empresas e, principalmente, a fraca atuação gerencial nas empresas é que podem explicar a fragilidade do setor contra a presença de novos competidores externos. É desta fragilidade que resulta a tomada do mercado interno por produtos importados.

4- ACONTECIMENTOS RECENTES NO NORDESTE E NA PARAÍBA

Como a competitividade depende de fatores ligados à infra-estrutura local, à capacidade gerencial e às práticas empresariais, é natural que se apresente de forma diferenciada pelas diversas regiões do Brasil. Além disso, levando-se em conta as grandes disparidades regionais, é de se esperar que a globalização cause impactos diversos sobre as regiões do País e mesmo sobre seus estados. O estudo dessas diferentes formas de inserção das regiões e estados na economia mundial pode ser útil para a adoção de políticas corretivas por parte dos governos locais. Passemos, portanto, ao estudo da competitividade do setor têxtil do Nordeste e da Paraíba.

Na TABELA 6 estão representados o PIB do Brasil, do Nordeste e da Paraíba. A partir desta tabela, pode-se assinalar que a participação do Nordeste na economia brasileira tem-se mantido estável, fato que também ocorre na Paraíba. Nota-se ainda que no Nordeste e na Paraíba os seus níveis de atividade se reduziram no começo da década, justamente o período em que as reduções tarifárias tiveram início. A aplicação das medidas de ajuste para integrar a economia brasileira ao resto do mundo teve efeito depois de 1994. A produção tanto do Nordeste quanto da Paraíba cresceram.

TABELA 6

EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO:
BRASIL, NORDESTE E PARAÍBA 1986-97

em R\$ 1.000.000,00 de 1996

Ano	Brasil	Nordeste	Paraíba
1986	625.439	93.624	6.644
1987	647.835	93.598	6.075
1988	647.288	96.855	6.620
1989	667.499	101.294	7.056
1990	638.549	98.059	6.888
1991	640.734	100.510	7.052
1992	635.271	99.284	6.740
1993	662.037	99.214	6.344
1994	701.759	106.538	7.180
1995	731.233	111.591	7.652
1996	752.739	116.166	8.081
1997	775.321	122.904	8.501

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, Sudene - Divisão de Contas Regionais.

PIB do Nordeste representado pelas somas dos PIBs dos estados da Região. Difere dos dados da Sudene.

Como os dados referentes ao PIB do setor têxtil não estão disponíveis em uma série completa, e muito menos para os períodos mais recentes, onde os efeitos da globalização foram maiores para o País, elaborou-se o GRÁFICO 1. Neste gráfico está representada a evolução do índice da Produção Industrial do Setor Têxtil do Nordeste e do Brasil. O Estado da Paraíba não dispõe desse tipo de pesquisa.

A indústria têxtil nordestina apresentou retração em sua produção em período anterior à abertura comercial e, após a abertura, indicou melhorias em relação ao Brasil. Tal tipo de comportamento pode resultar do deslocamento de plantas do Sul/Sudeste do País para o Nordeste.

Na TABELA 7 pode-se observar o comportamento do número de empregados nas indústrias nos finais dos respectivos anos. Esse comportamento difere da Região para o Estado. Na Paraíba, o emprego cresceu de 1986 a

TABELA 7

PESSOAL EMPREGADO NA INDÚSTRIA
TÊXTIL 1986 -96

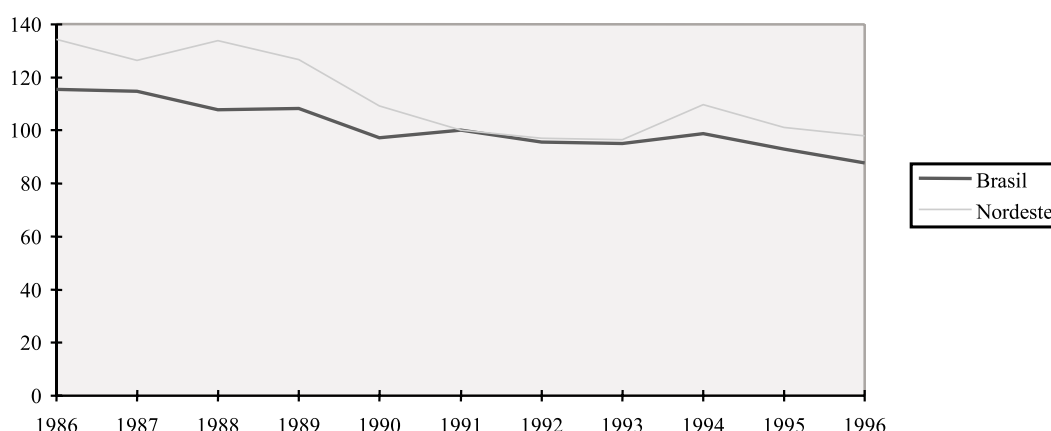
Ano	Paraíba	Nordeste
1986	8.365	113.496
1987	8.898	116.215
1988	8.933	115.868
1989	10.129	131.218
1990	7.470	110.066
1991	7.880	104.408
1992	7.698	95.276
1993	7.953	95.895
1994	6.116	104.072
1995	7.700	93.073
1996	8.496	93.699

Fonte: RAIS - Mtb

1989 e decresceu com tendência de queda de 1990 a 1994, enquanto no Nordeste o emprego decresceu de 1988 a 1993. Considerando-se que o nível industrial do Nordeste se elevou no início da década de 1990, podemos ver que houve uma redução do emprego formal no Nordeste ou a implantação de novas maquinarias permitiu o aumento da produtividade do trabalho.

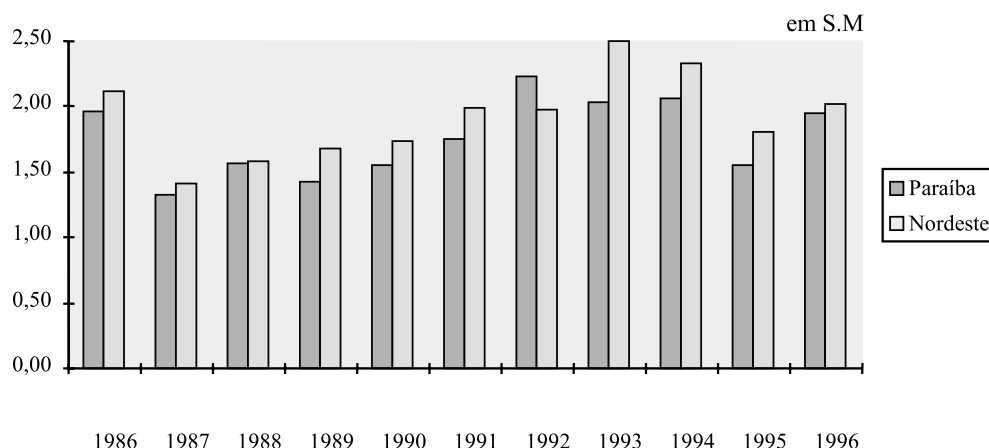
A partir do GRÁFICO 2 pode-se notar a evolução salarial do emprego formal para o setor têxtil. Verifica-se que o nível salarial teve comportamento ascendente de 1989 a 1992, quando reverteu sua tendência. Esse comportamento, a princípio, pode parecer contraditório, pois ocorrem aumentos de salários em um setor com reduções no pessoal empregado, o que pode ser creditado à mudança na escolaridade exigida do pessoal. Ou seja, a pressão para reduções nos salários decorrentes de uma redução do quadro é suplantada pela pressão na busca de melhores qualificações. Já a redução do período de 1992 a 1995 pode-se ligar ao processo de redução do emprego no setor, pois este se intensificou em 1994, fazendo com que as forças redutoras do salário crescessem em relação às forças em busca de melhor escolaridade.

GRÁFICO 1
INDICADORES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - SETOR TÊXTIL 1986-96



Fontes: IBGE/DPE/Departamento de Indústria; SUDENE/DPO/IPL/Contas Regionais.

GRÁFICO 2
REMUNERAÇÃO MÉDIA DE DEZEMBRO - SETOR TÊXTIL – 1986-96



Fonte: RAIS - Ministério do Trabalho

Uma maneira de se avaliarem os impactos da globalização na economia é verificar a evolução da qualidade do emprego. Para tanto, elaborou-se o cálculo do Índice de Qualidade do Emprego Formal (IQEF). Este índice tem sistemática de cálculo similar ao índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas e compreende a média simples de quatro indicadores: a) grau de instrução; b) rotatividade; c) média salarial e d) concentração salarial.

Cada indicador é transformado em um índice que varia de 0 a 1, por interpolação linear. Assim, o pior resultado possível do indicador equivale a zero e o melhor resultado possível ou o resultado desejável equivale a 1. O índice resulta da fórmula $i = \frac{vo - pv}{mv - pv}$ onde *vo* é o valor observado do indicador, *pv* e *mv* são os piores e os melhores valores possíveis, respectivamente. Os parâmetros para

o cálculo do IQEF neste artigo foram: a) para o grau de instrução - o percentual de funcionários com pelo menos o primeiro grau completo, variando de zero a 100%; b) para a rotatividade - número de admitidos ou desligados (o que for menor) em relação ao número total de empregados, variando de 5% a 100%; c) para média salarial - variando de 1 a 10 salários mínimos; d) concentração salarial - percentual de pessoas que ganham acima de 2 salários mínimos, variando de zero a 100%.

O IQEF permite que sejam observados aspectos dos fatores sistêmicos no tocante à questão social e trabalhista. O Nordeste apresentou níveis de instrução baixos. No entanto, teve uma melhora substancial em 1995 e 1996. Isto pode ser reflexo de maior exigência das empresas por qualificação nas contratações ou até mesmo resultado de esforços das empresas em qualificar seus quadros. Esta maior qualificação do pessoal também é observada na Paraíba, porém com antecedência de um ano em relação ao Nordeste.

O índice que mede a rotatividade mostra que o setor mantém uma prática de substituição constante do seu quadro, o que pode ser reflexo das baixas exigências de formação e treinamento do “pessoal de chão de fábrica”. Isto facilita esta prática por parte das empresas. Deve-se ressaltar que, na Paraíba, a rotatividade é maior do que no Nordeste.

No quesito salário, tanto o Nordeste quanto a Paraíba apresentaram um desempenho insatisfatório. As médias salariais observadas ficaram muito próximas de dois salários mínimos. Não houve um efeito aparente da abertura comercial sobre o índice de salários.

No quesito concentração salarial, tanto o Nordeste quanto a Paraíba apresentaram uma melhoria na situação a partir da década de 1990, o que pode indicar os efeitos de uma busca de melhores qualificações e também uma diminuição dos níveis gerenciais. Como a média salarial não se mostrou muito ascendente, pode-se pensar como mais provável uma redução relativa do número de gerentes e/ou uma redução relativa dos seus salários.

TABELA 8
ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL (IQEF) NO SETOR TÊXTIL
- NORDESTE: 1986-96

Ano	IQEF	Grau de Instrução	Rotatividade	Salário	Distrib. Salarial
1986	0,32	0,19	0,75	0,16	0,18
1987	0,30	0,19	0,73	0,06	0,23
1988	0,30	0,19	0,75	0,08	0,17
1989	0,32	0,19	0,77	0,10	0,22
1990	0,34	0,20	0,76	0,11	0,29
1991	0,37	0,20	0,78	0,14	0,34
1992	0,37	0,19	0,80	0,14	0,36
1993	0,37	0,18	0,80	0,21	0,30
1994	0,40	0,20	0,81	0,19	0,39
1995	0,38	0,26	0,77	0,11	0,37
1996	0,38	0,29	0,74	0,15	0,35

Fonte: Calculado a partir de dados obtidos na RAIS/Mtb.

TABELA 9
ÍNDICE DE QUALIDADE DO EMPREGO FORMAL (IQEF) NO SETOR
TÊXTIL - PARAÍBA: 1986-96

Ano	IQEF	Grau de Instrução	Rotatividade	Salário	Distrib. Salarial
1986	0,28	0,14	0,68	0,14	0,15
1987	0,28	0,13	0,73	0,05	0,20
1988	0,27	0,12	0,72	0,08	0,14
1989	0,28	0,11	0,75	0,06	0,19
1990	0,31	0,16	0,74	0,08	0,26
1991	0,32	0,14	0,75	0,11	0,29
1992	0,36	0,13	0,79	0,18	0,36
1993	0,36	0,16	0,83	0,15	0,30
1994	0,37	0,25	0,72	0,15	0,35
1995	0,33	0,21	0,72	0,08	0,33
1996	0,34	0,21	0,68	0,14	0,32

Fonte: Calculado a partir de dados obtidos na RAIS/Mtb.

Em geral, a qualidade do emprego formal no Nordeste e na Paraíba apresentou uma pequena melhora no início da década de 1990, o que pode indicar que a globalização foi salutar para os empregados que permaneceram no mercado formal. Porém, a prática de terceirização e a informalização do trabalho não nos permitem estender tal conclusão a todos os trabalhadores do setor.

Para obter dados da indústria têxtil da Paraíba, foram realizadas entrevistas em quatro empresas do setor. Esta amostra representa aproximadamente 13% do pessoal empregado na indústria no Estado. A partir das entrevistas, pôde-se notar que nenhuma empresa estava fazendo algum esforço de implantação da qualidade total, principalmente em virtude da baixa qualificação do pessoal empregado. Isto tem levado a maioria das empresas entrevistadas a estabelecer convênios com entidades como o Sistema Nacional de Empregos (Sine) para complementar o estudo formal de seu quadro.

Das empresas entrevistadas, duas estão substituindo quase totalmente os seus equi-

pamentos, que têm idades superiores a 20 anos, e uma está em fase de substituição gradual dos equipamentos, cuja média de idade é de 30 anos. Apenas uma das empresas entrevistadas não está atualizando o seu parque industrial. Este conta quatro anos de idade. Portanto, esta empresa modernizou-se já em um ambiente de abertura na economia.

As informações obtidas nas entrevistas parecem representar bem a realidade do Nordeste. Para comprovar tal afirmação, elaborou-se a TABELA 10, a partir de dados do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), publicados em dezembro de 1997. Obser-

TABELA 10
IDADE DO PARQUE INSTALADO NA
INDÚSTRIA TÊXTIL DO NORDESTE
- DEZEMBRO 1997

Idade	Filatórios		Tecelagem	
	nº fusos	part. %	nº máquinas	part. %
Até 5 anos	100.408	11,73	800	28,97
De 6 a 10 anos	319.784	37,37	421	15,25
Mais de 10 anos	435.456	50,89	1.540	55,77

Fonte: Etene - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste.

vando-se a referida tabela, nota-se que o parque instalado tem idade predominantemente superior a 10 anos, o que comprova o atraso tecnológico do setor. Por outro lado, o processo de renovação do parque já tem surtido algum efeito, principalmente na tecelagem. Neste ramo do setor, as máquinas com idade inferior a 5 anos representam uma maior parcela do que as máquinas entre 6 e 10 anos. O Etene não publicou tabela do setor de malharias, mas informa que, devido à introdução recente deste ramo na região, 80% das máquinas têm menos de 5 anos.

A partir desses dados, observa-se que o setor tem um atraso difícil de superar, pois uma atualização parcial de máquinas não é aconselhável pelas indivisibilidades técnicas. Ou seja, a adoção de uma parte da maquinaria moderna e outra parte de maquinaria obsoleta geram a formação de gargalos dentro da indústria, o que dificulta a administração e reduz as vantagens de compra de máquinas mais modernas.

Na renovação do parque instalado, o problema da dimensão do mercado interno torna-se maior do que o apresentado no Brasil. GALVÃO (1997) assinala que o mercado interno nordestino

“... é limitado demais para gerar escalas eficientes de produção.” (GALVÃO, 1998, p. 49.)

Isto faz com que as empresas que lancem investimentos de renovação do parque instalado devam levar em conta o atendimento dos mercados do Sudeste e Sul, notadamente centros produtores de têxteis. Caso esses investimentos não tragam um diferencial de custo capaz de suplantear as vantagens locacionais dos concorrentes do Sudeste e Sul, qualquer atualização da maquinaria se tornará inviável.

A idade do parque instalado tem efeitos diretos sobre a qualidade dos produtos e indiretos sobre o preço destes. Uma das empresas salientou que os níveis de exigência de qualidade

são impossíveis de serem cumpridos com a maquinaria atual, o que faz com que seu produto seja vendido na faixa mais barata, restringindo seu campo de vendas.

A modernização dos parques tem esbarrado na questão da escolaridade. Como as máquinas são, em geral, importadas e com controles computadorizados, a exigência de conhecimentos dos operadores é bem maior. Uma das empresas está adquirindo máquinas que exigirão funcionários com o segundo grau completo. Tal fato tem limitado as decisões de compra de equipamentos na empresa, por dois motivos alegados: a) falta de disponibilidade de mão-de-obra qualificada formal e tecnicamente e b) disparidades salariais que se criam dentro do “chão de fábrica”.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abertura comercial e a prática de políticas estabilizadoras pelo Governo Federal tiveram impactos sobre a indústria têxtil do Nordeste e da Paraíba. O mais evidente é a redução no número de empregados. Esta redução ocorre ao mesmo tempo que pequenas melhorias no emprego formal são conseguidas.

As empresas do setor estão com parques instalados muito antigos. Somados à baixa qualificação do pessoal empregado, dificultam a resposta das empresas ao crescente nível de concorrência interna. A modernização da indústria deverá trazer impactos ainda maiores no emprego da região, pois os níveis de qualificação exigidos tenderão a aumentar e a produtividade deverá dar um grande salto, intensificando a redução do emprego no setor têxtil.

Abstract

This article proceeds a study of the competitiveness in the textile sectors of the Northeastern and Paraiban economies. Taking as a theatrical reference the notions about globalization

and competitiveness, the globalization effects on the competitiveness in the textile sector were investigated. In short, starting from this theoretical reference, recent national, Northeastern and Paraíba events were exposed. Special importance was given to the Index of the Formal Employment quality as a circumstantial evidence of the reflection of the commercial, opening of the sector in the Northeast and Paraíba. The IQEF were calculated in the period from 1986 to 1996 taking data given by the “Ministério do Trabalho”, more specifically from the “RAIS”. These results were completed with qualitative information given by the companies through interviews. Some important points were identified i) the age of the installed park implies on the decrease of the sector competitiveness. ii) the educational level is other limitation factor for the competitiveness improvement and iii) some improvements in the formal employment quality were made.

Key-Words:

Globalization and Competitiveness; Textile Industry; Regional Economy; Northeastern and Paraíba Economies.

6- BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AMARAL, Jair Filho., MALO, Maria Cristina Pereira de. Globalização, ou Metamorfose do Capitalismo. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 25, *Anais...* Recife, ANPEC, 1997. V.2

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Competitividade da Indústria Têxtil no Nordeste**. Fortaleza: ETENE, 1997.

BASTOS, Carlos P. Monteiro. **Competitividade da Indústria do Vestuário**: nota técnica setorial do complexo têxtil. Campinas: Unicamp/ECIB, 1993.

BASTOS, Vicente. **Competitividade do Complexo Têxtil**: nota técnica do complexo. Campinas: Unicamp/ECIB, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo. **Capítulo de um estudo sobre a política industrial Brasileira - Têxtil e Vestuário**. Brasília: MD, 1997.

COUTINHO, Luciano G., FERRAZ, João Carlos. (Org.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB)**. 2.ed. Campinas: Papirus, 1994.

FERRAZ, João Carlos., KUPFER, David, HAGUENAUER, Lia. **Made In Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GALVÃO, Olímpio José de Arrouxelas. Tendências Recentes do Comércio Internacional: impactos sobre o Brasil e a região Nordeste. In: BANCO DO NORDESTE. **Comércio Internacional e Mercosul: impactos sobre o Nordeste Brasileiro**. Fortaleza: ETENE, 1998.

GARCIA, Odair Lopes. **Avaliação da Competitividade da Indústria Têxtil Brasileira**. Campinas: Unicamp, 1994. (Tese de Doutorado).

GAZETA MERCANTIL. **Diversos Números**.

GORINI, Ana Paula Fontenelle, SIQUEIRA, Sandra Helena Gomes de. **Complexo Têxtil Industrial**. Rio de Janeiro: BNDES - Home page, 1998.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Industrial Anual**. Atividades do Setor Industrial. Vols. 12, nº 4,5,6,7,8. Parte 1 e 2. Rio de Janeiro.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil.** 1996. Brasília, 1996.

MACEDO, Paulo Brígido Rocha, PORTUGAL, Sérgio Savino. **Estrutura de Mercado e Desempenho na Indústria Brasileira.** Rio de Janeiro: RBE - FGV, 1995.

RAIS, MTB. **CD ROM - 1986 a 1996.**

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Emprego Formal é Melhor no Nordeste. Conjuntura Econômica,** São Paulo, FGV, Junho / 1997.

RODRIGUES, **Maria Esmeralda. Mercosul e a Tributação Sobre as Empresas:** um estudo exploratório. João Pessoa: UFPB, 1999. (Dissertação de Mestrado em Economia).

SINDITÊXTIL. Site na Internet.
www.rgm.com.br/sinditextil.htm

SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Boletim Conjuntural:** Nordeste do Brasil. Recife: nov/ 1997.

Recebido para publicação em 12.SET.2000.



Para fazer o desenvolvimento local, o Banco do Nordeste tinha que estar em todos os locais.

480 Agentes de Desenvolvimento em todos os 1.955 municípios de Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo.

Para estar em todo o Nordeste, Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Banco do Nordeste não construiu novas agências. Mas formou 480 Agentes de Desenvolvimento. São profissionais especialmente preparados para estimular a economia regional. Cada Agente de Desenvolvimento atua em média em quatro municípios, reunindo os agentes produtivos locais, levantando e organizando as necessidades de crédito e capacitação,

indicando oportunidades de negócios e costurando parcerias entre as comunidades, órgãos públicos e privados. Os Agentes de Desenvolvimento são uma iniciativa pioneira do Banco do Nordeste, que a cada dia descobre uma forma de estar mais próximo dos agentes produtivos e atender suas necessidades empresariais.

**Banco do
Nordeste**



**GOVERNO
FEDERAL**
Trabalhando em todo o Brasil

Cliente Consulta 0800-78-3030 • clienteconsulta@banconordeste.gov.br • www.banconordeste.gov.br